



# Roteiros

32. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



GOVERNADOR D. JOÃO DE CASTRO

O Governador D. João de Castro chamado vulgarmente — o último Heroe Portuguez na Índia — sucedeu ao Governador Martim Affonso de Sousa em Setembro de 1545 — Igualou seus mais illustres antecessores por suas virtudes, e gloria que adquiriu como guerreiro, e como estadista — No seu tempo aconteceu o célebre 2.º cerco de Diu, aonde os Portuguezes commandados pelo Governador D. João de Mascarenhas fizeram heroicidades — socorreu Diu — Destroçou todo o grande poder do inimigo Mahomet Rei de Guzarale chamado vulgarmente — de Cambaia — e entrou triunfante em Goa — Tornou a Diu, e de caminho apresentou batalha ao Rei de Barache, destruiu toda a sua Corte e a do Hidaleão, cujo exército depois derrotou nos Campos de Salcete, e seguiu para a Coroa Portugueza aquella Península, e a de Bardez — Tão fiel e respeitada era a sua palavra que lendo mandado uns cabellos do seu bigode em penhor de 20000 Xerafins que pediu para a despeza da reedificação da Praça de Diu, lhe forão tornados com respeito, e se lhe deu muito mais do que pedia — Depois de um feliz Governo de 2 annos e 8 mezes, havendo sido premiado com o titulo de Vice-Rei, faleceu em Goa, universalmente chorado aos 6 de Julho de 1548 nos braços do Santo Francisco Xavier, e do funerall. Foi enterrado com pompa mais lastimosa que solemne na Igreja de S. Francisco da Cidade.

# ASPECTOS POLÍTICOS DA REGIONALIZAÇÃO (\*)



1. Em 1792, numa pequena aldeia do Marne, junto de Sainte-Menehould, chamada Valmy, os generais Dumouriez e Kellermann obtiveram uma importante vitória sobre os exércitos prussianos. Uma testemunha qualificada, Wolfgang Goethe, amigo de Carlos Augusto, Duque de Weimar, e que acompanhou esta sua campanha — Viva a França — e não já dizendo — Viva o Rei. Alguma coisa de importante

cristalizava nesta forma de proclamar valores que justificaram o combate e o sacrifício supremo. A vassalagem deixara de ser o critério da unidade dos povos que os obrigava a olhar para a mesma instituição que era a Coroa, e era substituída pela pertença a uma comunidade que se não escolhe, que acontece, cuja natureza era intuída na acção, deixando para os doutos a tentativa de mais tarde a conceptualizar. São nacionais que se batem contra adversários daquilo que, de Ernest Renan a Malraux parece escapar a uma definição lógica rigorosa, porque se situa no domínio dos valores colectivos e a razão não é sempre o melhor instrumento de acesso ao conhecimento dessas realidades.

O simples facto de os homens se mostrarem, em alguma luta, dispostos a morrer por causa disso, é a prova mais segura da sua existência, ainda que a sua essência não seja traduzível senão pelo método das analogias, mais próximo da poesia do que das ciências sociais e políticas. Falar da comunidade do sangue como Fichte, ou da comunidade da língua como Pessoa, ou para a comunidade da história como Herculano. Não se afluam assim mais do que modos de comportamento, penosa e meticulosamente apontados pelos que, como Leonardo Coimbra ou Teixeira de Pascoaes, se afadigam na definição da arte de ser português. Parece mesmo acontecer que a racionalização amarrada ao visível e ao mensurável, por isso mesmo oferecida da definição de interesses susceptíveis de um tratamento tecnocrático, tende para abafar as razões de unidade comunitária, e acaba em propostas de redefinição territorial e política que retalam, como secundária, a unidade gritada na batalha de Valmy.

Os conceitos de população, de povo, de área económica, da região plano, de segurança estratégica, de área ideológica, tornam-se na semântica dominante que não toma necessariamente em conta, nem o valor comunitário, nem o valor nacional. Com isto não se pretende dizer que tais valores sejam de existência perene, nem que tenham sido ou sejam actuantes em todas as regiões do mundo. Mas quer-se tornar claro que, onde existem, correm o perigo de ser feridos por conceitos racionalizadores de necessidades conjunturais, cuja acção poderá realmente condicionar no futuro novas fidelidades comunitárias supremas. A conquista

esteve na base de muitas alterações desse tipo, porque o exército continuado e duradouro de um novo poder político apagou a velha fidelidade: supomos, por exemplo, que o processo de Olivença obedece a tal esquema.

A instituição de poderes políticos, neste século, nas antigas colónias do ocidente europeu, não se baseia na existência de qualquer nação em parte alguma, partiu antes de um catalizador que foi a rivalidade das grandes potências, e ambicionou implantar, em cada território, um sentimento comunitário equivalente ao valor nacional.

Em resumo, o que pretendemos estabelecer, nesta introdução ao nosso tema, é que não existe uma relação necessária entre o valor nacional ou comunitário e o poder político próprio, e que as alterações do poder político podem actuar, como uma variável importante, no destino, positivo ou negativo, do valor nacional ou comunitário.

Lembremos, que a anotação de Goethe coincide temporalmente com o primeiro importante projecto de regionalização de Portugal, vindo do exterior e destinado a definitivamente liquidar a realidade nacional já então indiscutível. Foi o Tratado referendado por Napoleão em 29 de Outubro de 1807, em Fontainebleau, ao cabo de longas negociações conduzidas por Duroc em nome da França, e por Izquierdo em nome das ambições de Godoy, o chamado Príncipe da Paz, que governava a Espanha.

Por esse Tratado, que visava textualmente "determinar a sorte de Portugal", ficava estabelecido o seguinte: ARTIGO I: "A província de Entre-Douro e Minho com a cidade do Porto será dada em plena propriedade e soberania a sua magestade el-rei de Etrúria, com o título de Rei da Lusitânia Septentrional"; ARTIGO II: "A província do Alentejo e o reino dos Algarves serão dados em toda a propriedade e soberania ao Príncipe da Paz, para que as disfrute com o título de Príncipe dos Algarves"; ARTIGO III: "As províncias da Beira, Trás-os-Montes e Extremadura portuguesa ficarão em depósito até à paz geral para se dispor delas segundo as circunstâncias e conforme ao que se convenha entre as duas altas partes contratantes"; ARTIGO XII: "As duas altas potências contratantes se entenderão para fazer uma divisão igual das ilhas, colónias e outras propriedades de Portugal". (1)

Os resultados da guerra, que Napoleão tanto havia de lamentar nas confidências de Santa Helena ao Conde Las Casas, não permitiram levar por diante a execução deste projecto. Mas no decurso dela se gerou a primeira grande experiência regionalizadora portuguesa e a independência do Brasil. O acto formal que iniciou esse processo foi a Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815, correspondendo ao Conselho que Metternich deu ao Conde de Palmela, representante de Portugal no Congresso de Viena, e com o intuito de travar as já conhecidas tendências para uma futura independência brasileira. Nesse diploma, diz o Rei que a sua intenção é atender "à importância devida à vastidão e localização dos meus domínios da América, à cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que ela em si contém e outrossim reconhecendo quanto seja vantajoso aos meus fiéis vassallos

(\*) Comunicação apresentada no Seminário «Portugal: Tradição e Futuro», Vila Real, 2-14 de Agosto de 1982.

(1) História das negociações em História de Portugal (Barcelos) vol. VI.

em geral uma perfeita união e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves e os meus domínios do Brasil, exigindo estes àquela graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios já foram considerados pelos plenipotenciários das potências que formaram o Congresso de Viena, assim no Tratado de Aliança concluído em 8 de Abril do corrente ano, como no Tratado final do mesmo Congresso". (7)

Existe uma lenda segundo a qual a final independência do Brasil se processou sem nenhuma espécie de convulsões internas, o que não seria possível nem corresponde aos factos, e acrescenta-se hoje uma tendência no sentido de marxizar a interpretação do processo da independência, linha onde se notam escritores como José Honório Rodrigues, Faoto e Catone.

Parece todavia por meditar o ponto de vista que adianto, e que se traduz no entendimento de que os custos da regionalização política do Brasil se traduziram em que Portugal se tornasse independente do Brasil. A situação da antiga metrópole era a de uma colónia que os factos tinham submetido a um regime que nenhuma das suas colónias conhecia. A correspondência da Regência de Lisboa para a Corte Imperial sediada no Rio de Janeiro, não se distingue, no estilo, nas preocupações e nas dificuldades, das características dos ofícios que já neste século documentam a relação dos governadores coloniais com a autoridade central. Obrigada a lidar com a realidade local usando a experiência do governo que era anterior às invasões, seguia modelos menos liberalizantes do que aqueles que já vigoravam no novo Reino do Brasil, e sentia-se ainda mais diminuída a comunidade nacional pela autoridade, de facto e de direito, exercida pelos comandos militares estrangeiros, o que tudo encontrou a mais clara expressão nos poderes com que Beresford regressou do Brasil, revoltando os diminuídos governantes e governados indígenas europeus. Quando D. João VI, para dominar a revolta de Pernambuco, pediu à regência de Lisboa o saldo de todos os cofres, os custos da regionalização excediam já toda a capacidade e paciência.

Na câmara da Assembleia da República, no alto da parede à qual se arrima a mesa presidencial, está um fresco que representa a reunião do Congresso de 1821, ao qual preside D. Vicente da Soledade, Arcebispo da Baía. E foi nessa assembleia liberal que, sem olhar para o presidente, se tomaram em relação ao Brasil as mais arbitrarias medidas. Tolhia com severidade a emigração para aquele Reino, decretava para aqueles lugares como se de colónia ainda se tratasse, desconsiderava os deputados que dali vinham, em tudo mostrava que a raiz dessa atitude estava do ressentimento pelos custos políticos e financeiros da regionalização que levaram Portugal a ver escoar-se no sorvedouro do Brasil o seu dinheiro, e os seus foros e dignidade de metrópole. Quando as Cortes de Lisboa, em 23 de Junho de 1822, promulgaram finalmente a Constituição, já o Brasil fizera aquilo que, no ardor dos debates, lhe tinha sido recomendado por Manuel Fernandes Tomaz, também representado no fresco da Assembleia da República.

2. Esta experiência mostra que a regionalização, a qual no plano do poder marca o escalão intermediário entre o simples poder local e a soberania, tem na variável que é o poder político o mais sensível dos factores. Por isso tal

variável é objecto de atenção primordial de projectos exógenos que tendam a alterar a definição soberana do Estado, como é o centro das preocupações fundamentais dos projectos endógenos que tendem a construir ou manter unidades políticas mais vastas.

Da planificação externa nenhum pois se pode considerar liberto, em vista da mundialização dos teatros possíveis de competição estratégica em que vivemos. Desde o fim da guerra que esses projectos se multiplicaram no desmembramento de soberanias, invocando naturalmente grandes princípios como a autodeterminação e a descolonização, mas sempre com a coincidência do fenómeno não alastrar para nenhum dos territórios ou zonas de influência dos dois únicos Estados em movimento actualmente existentes, que são a U.R.S.S. e os E.U.A.. Poder-se-ia imaginar que tais projectos se limitariam às zonas geográficas em geral cobertas pela Acta Final da Conferência de Berlim de 1885, todas dependentes de soberanias europeias e não de outras, mas o facto é que o fenómeno alastra para dentro do território desta antiga sede do governo do mundo, que é a Europa.

As razões que determinam este processo, que é o negativo daquele que foi conduzido pelas monarquias centralizadoras, responsáveis pelos nacionalismos europeus e pela sua vocação para a identificação com a independência soberana, não se agrupam todos na mesma linha.

Existe uma fileira que corresponde a uma descolonização interior, que encontra as suas causas imediatas no peso da centralização que se exprime materialmente no urbanismo absorvente das capitais; existe outra que se apoia em revitalizadas identificações antropológicas, comunitárias, culturais, e que responde muitas vezes à circunstância de que as nacionalidades não puderam no passado encontrar esse facto conjuntural, que é a viabilidade, que lhes permitiria a vida independente; encontra-se uma regionalização defensiva, que se arma contra mudanças ameaçadoras do nível ideológico dos poderes centrais; uma corrente dissolvente das unidades políticas em parcelas, para viabilizar a construção de unidades

## INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral  
N.º de Registo 112 874

### Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar  
António Maria M. Pinheiro Torres  
(Secretário-Geral do IDJC)

### Redacção

Sede do Instituto  
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)  
1400 LISBOA  
Telef. 302 17 28

### Propriedade

Instituto Dom João de Castro  
N.º 212 873

### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomposição e impressão na EDITORIAL MINERVA  
Rua da Alegria, 30 — Tel. 322 49 50 • Fax 322 49 52 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

(7) In Documentos Históricos Brasileiros — Fename, Rio, 1976  
Angelo Pereira, D. João VI Príncipe e Rei, III, Lisboa, 1956.

mais vastas; uma definição regionalizante, intencionalmente destinada a tornar possível a construção de um poder central a partir das bases; uma regionalização destinada a diminuir a resistência a um poder dominante imperial e subordinante de aspirações a uma independência porventura soberana. A regionalização é assim uma arma polivalente que pode ser usada com finalidades contraditórias, e que, uma vez utilizada, nada garante que se mantenha na direcção do alvo inicialmente escolhido. Porque, se alguma coisa ensinam as ciências sociais, é que a resultante final das várias acções políticas, em cada data, nunca parece ter sido prevista pelos agentes.

Talvez haja vantagem em procurar algum exemplo de cada uma das regionalizações apontadas, sem excluir que possam anotar-se outras aqui esquecidas. E começaremos naturalmente pela descolonização interior, que supomos ter sido popularizada por Cartier, o grande jornalista europeu, revoltado contra as acusações de neocolonialismos vindas dos povos que tinham constituído a Comunidade Francesa. Começou a transformar numa ideia com peso social certas preocupações de analistas da vida do Estado, ao notar que algumas regiões de França se encontravam numa situação de subdesenvolvimento que contrastava gritantemente com a região de Paris, e que não mostravam vantagens apreciáveis em comparação com alguns dos Estados para onde se escoava a ajuda orçamental francesa. Sugeriu que esta fosse suprimida em benefício do interior da França, e o movimento que assumiu a regionalização, ou que procurou colocar em evidência a França das etnias, encontrou apoio neste arran-

que. A réplica tecnocrática do desenvolvimento equilibrado, ou da luta contra as assimetrias, não teria viabilidade sem um suporte político decorrente de uma vontade esclarecida da comunidade, ancorada ela no sentimento da unidade nacional.

Parece irrecusável que esta situação é evidente em muitos outros países, como a Espanha, Itália, e também parece inegável em Portugal. As conhecidas assimetrias de desenvolvimento assumem entre nós uma expressão aguda nas relações entre a capital e o resto do país. Lisboa, como mais de uma vez tenho sublinhado, nasceu e cresceu para ser a capital de um grande império, e, terminado definitivamente o ciclo imperial, nada se fez para a redimensionar, continuando a crescer pela simples lei da inércia, não obstante a extinção da sua função principal. Acumula os contingentes da função pública, militar e civil, sem prestar ao resto da comunidade um serviço que geralmente se reconheça que vale aquilo que custa. Praticamente monopoliza a capacidade de produzir as crises políticas, ou parapolíticas, que se repercutem na vida de toda a sociedade civil, e estimula reacções regionalizantes que não são sempre indiferentes para o consenso nacional. Quando em Trás-Os-Montes se medita, ainda sem alarde, sobre a possibilidade de paralisar a cidade pelo simples corte de energia, as coisas não correm bem para tal consenso. Antes de qualquer averiguação sobre as formas institucionais de responder a esta situação, importaria assentar em algum princípio de justiça, juridicamente válido, que correspondesse às fundadas queixas que resultam de uma violência estrutural que é um peso da história, mas que não é um processo inevitável. Por isso nos tem ocorrido que o princípio da interioridade, cobrindo o desfazamento dessas regiões, deveria ser acolhido no sistema jurídico, condicionando a distribuição dos recursos orçamentais do Estado. Uma simples réplica do princípio da insularidade que já protege juridicamente os arquipélagos. Não é que consideremos necessário ao bom governo que regras destas estejam expressas nas leis, porque uma gestão de Estado vinculada ao bem comum não precisa de tão formal explicitação. E também não vemos que haja relação necessária entre tais princípios, o da insularidade e o da interioridade, e a forma político-jurídica que venha a revestir a administração descentralizada e regionalizada do Estado. Ao mesmo princípio podem corresponder várias formas institucionais de organizar a administração, porque as tradições, as necessidades e as possibilidades não se repetem em todos os lugares. O nosso pluralismo básico não estranha tal multiplicação institucional, mas o sentimento de justiça e os princípios que dele derivam são os mesmos, sujeitos a uma aplicação diferenciada. Que as leis o digam expressamente torna porém e certamente mais coerente a administração do Estado, ao qual fornece pontos de referência em todas as circunstâncias, e apenas é de temer e lamentar que a exigência da expressa formulação possa corresponder a uma fundada desconfiança em relação aos destinos do poder central. Não seria realista omitir que estas inquietações existem em muitos lugares do continente aos quais o princípio da interioridade respeitaria, sem esquecer que em muito fortaleceram com apoios da mais variada origem, as tradicionais e insatisfeitas aspirações insulares a uma clara definição de um estatuto de autonomia, hoje constitucionalmente consagrado.

Parecem fundadas as dúvidas sobre se esse modelo de regionalização insular deve ser multiplicado num território de tão pequena extensão como aquele de que dispomos, visto ainda a falta de tradição regionalizante nesse sentido, o insucesso de experiências passadas, as exigências e custos das técnicas, tudo considerado teoricamente à margem de qualquer conflito político que desperte o instinto de defesa perante

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um serviço de qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição elaborada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

o poder central, ou intenções não explicitadas de enfraquecer o poder central para facilitar a tomada escalonada do aparelho do Estado. Mas as dúvidas já não parecem de acolher, mesmo do ponto de vista político, quanto à questão de que o municipalismo é a nossa resposta portuguesa tradicional ao escalonamento vertical do poder.

Tive ocasião de referir o primeiro projecto exógeno, regionalizante e destruidor da nacionalidade, que nasceu do caldo das invasões francesas. Desnorteados o Estado e a sociedade civil, em face do poder assumido por Junot, ocorreu a muitos pedir ao Imperador uma Constituição e um Rei, que poderia ser o comandante chefe da invasão, Julgam que a representação, nesse sentido, deve ter carácter nacional, e apelam para o Juiz do Povo, o tanoeiro José de Abreu Campos.

Vergado ao peso das circunstâncias terríveis, o Juiz do Povo apresentou uma petição, cujo teor foi recusado, mas onde inscreve de instinto o apelo que vem da personalidade básica do povo português. Dizia ele: "Senhor! — Desejamos ser ainda mais do que éramos, quando abrimos o oceano a todo o universo. Pedimos uma constituição e um rei constitucional, que seja príncipe de sangue da nossa real família. Dar-nos-emos por felizes se tivermos uma constituição em tudo semelhante à que vossa majestade imperial e real houve por bem outorgar ao grão-ducado de Varsóvia, com a única diferença de que os representantes da Nação sejam eleitos pelas câmaras municipais, a fim de nos conformarmos com os nossos antigos usos". (\*) Quando a escola de Alexandre Herculano definia o municipalismo como uma das traves fundamentais da personalidade básica portuguesa, tinha mais erudição e estudo do que o tanoeiro Juiz do Povo, mas não tinha mais sabedoria. Porque a autonomia do poder local não atenta contra a unidade e autoridade do Estado, antes a sustenta e lhe fornece a garantia da legitimidade. Porque a autonomia é uma área de liberdade reconhecida de acordo com a natureza das coisas, funcionalmente articulada com o bem comum, um limite que o poder central reconheceu no foral que concede, na lei geral que promulga, porque governa para o povo real, e neste reencontra as instituições naturais que considera como um valor a defender e preservar. A sua legitimidade e autoridade, que se manifestam nas leis gerais, na inspecção, na eventual tutela, no adjutório, assenta justamente no seu carácter funcional, ao serviço das instituições naturais e dos homens que lhe pertencem.

3. A questão já não parece a mesma naquilo que respeita à regionalização do poder político. Não importa aqui considerar as regiões enquanto apenas circunscrições administrativas, destinadas a uma disciplinada descentralização do Estado unitário, base até de uma futura autarquia se os condicionamentos se encaminharem em tal sentido.

Vamos partir do mais vasto para o particular, e admitir que o federalismo americano foi uma das contribuições mais importantes que a independência dos E.U.A. ofereceu ao legado político ocidental. O pluralismo na unidade, definida esta por via contratual, teve resultados surpreendentes, e como que inverteu o processo normal de criação das grandes potências, todas originadas pela dinâmica de poderes em expansão e centralizadores. Ainda hoje o federalismo faz parte do patriotismo americano, que o considera perpétuo e inalienável e uma forma feliz de coordenar a dupla soberania. Mas o certo é que desde 1790, com a criação do First National

Bank e a querela logo suscitada entre os republicanos de Jefferson e os federalistas de Hamilton e Madison, a teoria dos implied powers acabou com a pretensão de que os poderes federais estavam taxativa e exaustivamente enumerados no artigo I, Secção 8.ª, da Constituição, e, com acidentes de percurso, o poder do Estado central cresceu, e os poderes dos Estados membros diminuiu. O conflito entre as exigências de uma economia nacional unitária e os direitos adquiridos dos Estados, a doutrina Lincoln de que a Nação não podia ser metade livre e metade escrava (guerra civil), a evolução dos impostos sobre o rendimento (emenda XVI-1913), as medidas do New Deal (Roosevelt) contra a depressão, tudo se traduziu em que, mais por via jurisprudencial do que por emendas constitucionais, o sistema revela hoje o seguinte: o Presidente é a instituição fundamental do poder político, e realmente é produzido por uma eleição directa nacional, assumindo uma direcção da política que domina completamente a vida da sociedade global; o Senado já não é o protector dos direitos dos Estados, e exprime o peso relativo dos partidos a nível nacional; a consciência da fidelidade ao Estado de origem desaparece na consciência de uma das populações com mais mobilidade territorial do mundo; a dependência dos Estados das subversões federais cresce; os partidos actuam em termos nacionais; os parceiros sociais organizam-se em dimensão nacional. Não parece que tudo se encaminhe para um simples modelo de Estado unitário descentralizado, mas tudo se assemelha ao aparecimento de um simples regionalismo como novo federalismo, em que o governo central utiliza o aparelho dos Estados para realizar, ao serviço destes, os objectivos federais. O chamado distrito municipal é que continua como

## COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho .....	5.000\$00
Comentários — Adriano Moreira .....	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes .....	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez .....	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez .....	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes .....	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil .....	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume .....	12.500\$00
— A Colecção completa .....	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).

(\*) In Barcelos, VII, pág. 22  
Raul Brandão, El-Rei Junot, Lisboa, 1950

o centro da vizinhança, e o self-government comunal é mais vivo do que em qualquer outro lugar do mundo. Que a teoria da dupla soberania continui a ter qualquer realidade no sistema, é que parece inteiramente duvidoso.

A exportação do modelo federal para outros lugares, talvez com excepção da Austrália, levou à manifestação do fenómeno, tão frequente, da distância entre a imagem e a realidade. Em primeiro lugar porque, em regra, se tratou de uma via impositiva e não contratual, como aconteceu nos E.U.A.. Foi assim que a Índia, o Paquistão e Burma se proclamaram federais para herdar a pluralidade colonial do estatuto imperial britânico, mas a existência de um gabinete com poderes gerais, a organização partidária tantas vezes de partido único, a frequente intervenção do poder militar, tudo mostra que a realidade está próxima ou se encaminha para um poder unitário e centralizador. Mesmo nos casos em que, como na Checoslováquia anterior à invasão alemã, na Palestina anterior à criação de Israel, no Kénia tribal, na Argélia etnicamente plural, foi sugerido o modelo cantonal suíço como solução possível, prevaleceu o nacionalismo integral de um dos grupos. Um poder centralizador parece o instrumento natural da marcha para a criação de um valor politicamente ambicionado que é a Nação, e um cimento não dispensável para manter a unidade territorial artificial que foi herdada da imposição colonial anterior.

No modelo soviético, não obstante a estrutura formal, não pode haver dúvidas sobre que o poder é unitário e geral, com os seus instrumentos fundamentais que são o partido e o braço armado. Este serve mesmo de instrumento fundamental para a imposição da soberania limitada no âmbito dos satélites que não pertencem à federação, enquanto que, dentro desta, a última versão constitucional fala já no Estado do povo inteiro ignorando as disparidades étnicas e culturais gritantes. Curiosamente, como veremos, é a U.R.S.S., que fornece a imagem da nova regionalização ocidental que tende para o renascimento da técnica da dupla soberania.

4. Naquilo que nos respeita é o problema europeu da regionalização que está em causa. E como não podemos ignorar os factos exógenos na época que atravessamos, talvez convenha ter presente os modelos europeus exteriores com que nos defrontamos: temos em primeiro lugar um modelo americano, que espera uma espécie qualquer de associacionismo europeu que tenha a ameaça soviética como catalizador principal, mas que por outro lado não se transforme numa força concorrente ou hostil para os interesses dos E.U.A.: uma unidade que, na sua visão, poderia talvez ser fortalecida pela integração no domínio estratégico, e contida pelo socialismo interior nas suas capacidades de concorrente nos mercados mundiais. Se isto parecer uma hipótese muito audaciosa, talvez as correntes expressões de pragmatismo e realismo possam cobrir essa atitude da qual não excluímos a possível conclusão de que lhes será mais económico libertar a Europa do que defendê-la, em caso de emergência.

Para a U.R.S.S., a Europa é uma zona natural de expansão, uma ambicionada zona de influência, uma possível moeda de troca nas negociações do equilíbrio mundial, e sempre uma zona cuja neutralização seria uma pedra fundamental para a segurança militar. A unidade política europeia seria o embaraço de todas estas necessidades, e por isso não favorece uma evolução neste sentido, e ajuda a desagregação das unidades baseadas na ideia de Pátria.<sup>(\*)</sup> De facto foi a U.R.S.S. que, na data da fundação da ONU, lançou um novo elemento

animador do regionalismo europeu no sentido de fazer renascer um pluralismo vocacionado para a relação directa com o direito internacional, para o renascimento de categorias politicamente equivalentes às da dupla soberania, e finalmente para os separatismos possíveis. Tratou-se de incluir entre os membros fundadores da ONU as suas duas Repúblicas da Ucrânia e da Bielorrússia, como aparente homenagem à contribuição dada durante a guerra, formalmente aumentando o poder de voto do bloco numa Assembleia Geral onde seriam minoritários por muitos anos, realmente abrindo o caminho a reivindicações que teriam de florescer na periferia europeia, e de que são teatros mais visíveis a Espanha e a Inglaterra. Até 1935, foi apenas na Austrália, que aparece o mais constante modelo de federalismo, que um Estado membro, a Austrália Ocidental, quis separar-se da unidade, sem ter levado por diante esse propósito. Mas depois da fundação da ONU, acontece que é na zona que tornou impossível o êxito do Bloqueio Continental de Napoleão que floresce o exemplo do regionalismo com vocação para o separatismo, para a personalidade internacional, para a ligação directa com o direito internacional.

Suposto que um conflito, sempre eminente, se desencadeia tendo a Europa por local de uma batalha convencional, não é de estranhar que a experiência dessa tentativa gorada de reunificar imperialmente a Europa venha à lembrança, e que se incluam os combates, lutas e atentados em curso na estratégia indirecta em que parece desenvolver-se aquilo que muitos chamam a terceira guerra mundial. Tratar-se-ia de uma estratégia destinada a desorganizar as rectaguardas pela divisão incontrollável das comunidades civis, designadamente mergulhadas em receios causados pelos métodos terroristas. O seu desenvolvimento na zona periférica que a experiência disponível mostra ser a base territorial e humana da resistência à continentalização política europeia por um catalizador exterior, encontraria assim um enquadramento plausível. Numa Europa das minorias, que sempre foram muitas não obstante a concepção do princípio das nacionalidades, a técnica tem uma rentabilidade demonstrada, e parece ter atingido a própria Jugoslávia. Este país tem dado mostras de ser o único dos socialismos autocráticos, depois da Constituição de 1953, que arrancou para uma flexibilidade de autonomia territorial, atendendo às diversidades culturais e vocações das repúblicas da Bósnia, Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia e Montenegro, além das provincias autónomas de Kosovo e Voivodina. Mas também aqui os albaneses de Kosovo estão a ser incitados à revolta, ao separatismo, e à possível integração na Albânia. O remédio, nos países submetidos ao modelo soviético, é, na forma, exactamente o mesmo dos países nascidos para a vida internacional em resultado da descolonização contemporânea, isto é, uma forma federal para fins de imagem com real poder político unitário e forte: uma pessoa, uma assembleia, um comité, uma junta, ou um partido monopolista, impedem de facto a existência de qualquer domínio de autonomia que lhe seja inacessível. Exactamente aquilo que fez Hitler ao tomar o poder, porque logo destruiu o federalismo alemão, tal como assim procederam Vargas no Brasil, Péron na Argentina e os vários ditadores na América Latina.

Na Europa ambiciosa de estabelecer um poder político no Mercado Comum, também não faltaram meditações e acções no sentido de ressuscitar um regionalismo vocacionado para a personalidade internacional, algumas vezes desenhado por cima das fronteiras dos Estados existentes, com o fundamento de que seria mais fácil chegar à unidade a partir dessas parcelas, do que vencer a resistência natural da Europa dos

(\*) Adriano Moreira, *A Europa em formação*, S. Paulo (2.ª Ed.) 1976

Estados à renúncia às suas faculdades soberanas clássicas. A Europa das Pátrias, proclamada por De Gaulle em oposição àquilo a que chamou os eurocratas, pareceu algumas vezes mais levantada contra a regionalização da França do que contra a unidade da Europa. Aquilo que parecia inquietá-lo era a França das Etnias, subjacente a acções de propaganda como as levadas a cabo por Schreiber a partir da publicação do seu *Le Défi Américain*, que o movimento de independência basco espanhol tem presente, e ao qual não é de supor que possa renunciar. Tal como a tradição federalista peninsular, que pode invocar a sentença de Unamuno no sentido da necessidade de Portugalizar a Península, não abandona a ideia de que o renascimento das nacionalidades espanholas seria a maneira de chegar à unidade peninsular pela morte do centralismo castelhano, e pela igualização política das parcelas. Em resumo, a polivalência do regionalismo político, e as experiências conhecidas, a crescente predominância dos factores exógenos no processo de tomada de decisões dos poderes políticos existentes, parecem mostrar que apenas um sentimento de nacionalidade superior às diferenças regionais é o verdadeiro cimento contra as tendências centrífugas que a evolução dos ambientes interno ou externo facilmente estimulam quando falta. A vontade de pertencer à mesma comunidade não tem um equivalente que o possa substituir, porque não é um equivalente o recurso à proclamação da forma para encobrir um poder autoritário que supera as diferenças.

Não é necessário repetir que a criação do ambiente externo, dominado por projectos estratégico-políticos, facilmente

transforma as particularidades culturais em definidoras de cultura autónomas, pondo a antropologia ao serviço de interesses que não são propriamente científicos. Que as Canárias pertencem à África e necessariamente estão fora das prescrições e necessidades estratégicas da NATO, não são afirmações que dependam logicamente uma da outra, mas aparecem juntas, e separam o arquipélago da Espanha. Mas a mudança do ambiente interno também pode estimular o regionalismo no sentido de se armar para defender uma concepção de vida porventura mais identificada com aquela que corresponde ao sentimento da nacionalidade comum. Supomos que este facto não esteve ausente na evolução constitucional portuguesa recente, naquilo que respeita aos arquipélagos do Atlântico.

Transformados, pela evolução estratégica mundial, num ponto nevrálgico da linha presumida da batalha possível, colocados pela geografia no centro das inquietações que andam a procurar a redefinição das áreas de responsabilidade da NATO, também enfrentaram simultaneamente o processo marxista soviético de assalto ao poder de que o Estado foi objecto a partir de 1974. Uma tradição histórica que tem raízes na crise de 1580, na revolução liberal, e na própria guerra de 1939-1945, fez dos arquipélagos um baluarte de defesa, que tanto pode ser da própria independência nacional como da concepção da vida da sociedade civil. E foi isto o que principalmente fez nascer, nas próprias comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o apoio ao impuso da regionalização que encontrou finalmente consagração constitucional.

Não parece que as mesmas condições se reproduzam em qualquer outra parte do território que possuímos, mas tem de admitir-se que as variações ou ineficácias do poder central podem sempre fazer despertar mecanismos de defesa da sociedade civil que se considera alienada, e começa a tratar o poder político instalado na terceira pessoa. É um domínio onde as variações qualitativas pesam mais do que aquelas que podem exprimir-se em índices estatísticos, e não existem argumentos derivados da eficácia, da economia de meios, ou da racionalização da administração, que consigam deter facilmente um processo desencadeado nessa base. O poder dos Estados marxistas, que anda a usar a imagem federal ou da regionalização sem abdicar de uma única faculdade de intervir, é apenas substituída pela autoridade nos Estados que se conservam fieis ao pluralismo. E esta ganha-se ou perde-se no exercício, mais do que na origem do poder. A sua força deriva do consentimento e não dos meios imperativos das decisões, demonstrando a experiência ocidental que a mais forte trave da obediência consentida é o sentimento da nacionalidade.

Sabemos que se trata da melhor expressão do consenso, porque não atende apenas aos interesses conjunturais, fortalece-se de uma história sabida e, como diria Malraux, de uma comunidade de sonhos. Mas também sabemos que a destruição dos sonhos que anula a esperança, a destruição da dignidade histórica que mata as raízes, a violação da personalidade básica da comunidade dos vivos que mata o consenso, tudo são maneiras de liquidar a autoridade do Estado, de pôr em acção a despedida física do poder, de substituir a solidariedade por uma série de conflitos: entre a cidade e o campo, entre o norte e o sul, entre a orla marítima e o interior, entre as gerações, entre os grupos de interesses, entre as classes, entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro. Talvez por isso, o estado de espírito mais geral parece ainda corresponder a um sentimento de angústia.

Prof. ADRIANO MOREIRA



## HOTEL ROMA

\*\*\*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P  
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

### EM FATIMA:

\*\*\*

HOTEL SANTA MARIA  
Rua de Santo António  
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSE  
Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

# COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO LUSÓFONO: PROJECCÃO PARA O 3.º MILÉNIO (\*)

## INTRODUÇÃO



*A expansão portuguesa figura entre os maiores acontecimentos da História Universal (...) que essencialmente mudou o futuro tornando ubiqüistas as suas formas (Orlando Ribeiro, 1955, citado por Ilídio do Amaral, 1980).*

Por mais de um século, os Portugueses chegaram a todos os Continentes desde a tomada de Ceuta (1415) à conclusão da primeira viagem marítima em redor do Globo (1519-1522).

Com esta expansão que também foi Ibérica e Europeia, dar-se-iam modificações profundas, progrediria, imparável, a onda da europeização do Mundo.

Os acontecimentos deixaram de estar isolados para ficarem definitivamente ligados pelas navegações transatlânticas. Os novos conhecimentos, feitos de experiências em contactos directos com outras terras e outras gentes, acelerariam as transformações sociais, económicas e culturais na Europa e seriam transferidas para os novos mundos.

Acontecimentos do maior relevo para a construção desse cosmopolitismo tiveram lugar no Séc. XV e XVI, podendo apontar, como exemplos, os seguintes feitos:

- A tomada de Constantinopla pelos Turcos (1453);
- A invenção e difusão da imprensa (1454);
- A exploração da costa de África e do Atlântico;
- O encontro das ilhas e sua colonização;
- A chegada à América e a chegada à Índia.

Podemos ainda ter em conta algumas publicações, tais como:

- Príncipe de Maquiavel (1516) com uma nova filosofia de Estado;
- «Utopia» de More (1516) sobre uma organização social ideal;
- As teses de Lutero pondo em questão o poder papal.

O Atlântico, passagem obrigatória da navegação europeia, foi a área primordial de contactos culturais. As ilhas, desde a Madeira (descoberta ainda no séc. XIV, mas começada a povoar em 1425), a São Tomé (1471 e 1485, início da colonização), encontradas sem gente, construíram locais de experiências singulares. Nelas se introduziram pessoas, animais e plantas da Europa e de outras partes do Mundo. Estas ilhas representaram importantes e necessários elos das cadeias de navegação entre os continentes:

- A África (1434 passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes; Bartolomeu Dias e o Cabo da Boa Esperança 1487);
- A América (Cristovão Colombo, 1492);

(\*) Associação das Universidades Lusófonas, Congresso realizado em Macau, 19-21 de Abril de 1998.

- Brasil (chegada em 1500 de Pedro Álvares Cabral);
- A Ásia distante (Vasco da Gama, 1498).

O centro nevrálgico da Europa deslocar-se-ia do Mediterrâneo, área da cultura ocidental, para o Atlântico como o mar de passagem para as outras partes do Universo.

Não devo passar adiante sem mencionar o Tratado de Tordesilhas (1494) como a mais antiga convenção entre dois países (Portugal e Espanha).

O Atlântico fica, assim, a estrada marítima por excelência por onde se fazem transferências de pessoas e mercadorias, por vezes não em condições idênticas; matérias primas para as indústrias dos países europeus e produtos manufacturados em sentido oposto.

Este período rico da História Universal, deu origem a que todas as áreas culturais do Mundo fossem postas em contactos regulares pelos Ibéricos e outros europeus. Os Homens cruzaram-se e fundiram-se; a arte, o pensamento e as convicções religiosas seriam modificadas nesses contactos. A Europa teve a possibilidade de tornar conhecidas as suas ideias, as suas indústrias, as suas instituições, tornando-se, também, mais variada, mais cosmopolita à beira do Atlântico.

## 1. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA DE CONVERGÊNCIA DE ETNIAS E CULTURAS

A planície ou a montanha, o litoral ou o interior, a agricultura ou a floresta, a caça ou a pesca, a humidade ou a secura, o calor ou o frio, a facilidade ou a dificuldade de comunicações, o mar ou os rios, o regime de chuvas, foram elementos e factores condicionantes das primeiras civilizações e do seu modo de estar no mundo. Cada civilização aumentará a sua área geográfica de influência e respectiva população com a convicção sobre as suas verdades relativas e a consolidação dos seus modos de vida tornaram-se mais enraizados e consistentes.

As populações que se encontravam em zonas de passagem, de contacto ou que elas próprias se deslocavam, foram veículos vivos de convergência de culturas. Se no interior dos extensos continentes se formaram importantes civilizações, as populações fluviais, marítimas e nómadas serviram de ligação entre elas.

Portugal integra-se no grupo de povos do litoral que, pelas suas deslocações, foi veículo de grande civilização e foi ele também elemento de convergência de culturas pela própria génese da sua criação, crescimento e pela possibilidade que a si próprio concedeu através das suas deambulações pelo Planeta.

### 1.1. A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA COMO VEÍCULO DE CONVERGÊNCIA DE CULTURAS

Se os Oceanos serviram, muitas vezes, para separar as pessoas, os Portugueses e outros povos, ajudaram-nos a transformar-se em traços de união entre Povos e civilizações diferentes.

Os Portugueses percorreram estradas novas a que chamamos Oceanos — Atlântico, Índico e Pacífico — e através deles juntaram gentes, transportaram hábitos e costumes. As descober-



tas marítimas deixaram de ser património de um só povo para se integrarem nos grandes feitos da Humanidade. O mar foi o centro de várias civilizações, que os Portugueses ligaram.

Este povo promoveu (ou neles se sente envolvido), à escala universal, três grupos de fenómenos:

1. Achamento ou descoberta do mundo não-europeu, sobretudo das regiões quentes — fenómeno cultural, científico e económico;
2. Cruzamentos étnicos e culturais;
3. Migração da cultura europeia para os trópicos.

Assim, as dimensões geográficas alcançadas, causam uma evolução no pensamento científico do Ocidente. Os Portugueses são exemplo vivo do intercâmbio, da cooperação e da solidariedade entre povos e culturas.

Nesta Lusitanização do mundo, foi sempre guardado um espaço aos dialectos que perduraram até aos nossos dias. Lusitanização de 200 milhões de falantes no ano 2000.

No seu conjunto seria uma certa doutrina de acção (Gilberto Freire chamar-lhe-ia luso tropicalismo). A fenomenologia política e social portuguesa nos trópicos, serviu para explicar as possibilidades gerais do Português de conviver, sobreviver e ser parte inteira duma nova cultura construída em parceria.

Portugal era um estado sem limites precisos, *cada caravela uma cidade flutuante e cada embarcação uma ponte* (Almerindo Lessa, 1980).

Isto fez com que aparecesse uma cultura luso-tropical: americana, africana ou asiática e um compromisso cultural entre os dois mundos:

- O europeu e o não-europeu;
- Os da História feita e os do Futuro;
- Um Homem Atlântico e um Homem Universal.

Desta maneira se criaram laços biológicos e culturais entre o Ocidente e o Oriente. Este foi o 1.º passo da mundialização: Américas, Europa e zona do Pacífico. A história abre-nos agora



um novo desafio: o de reencontrarmos novos caminhos, uma história que recomeça como instrumento de educação, de desenvolvimento, de paz, de amor.

É indispensável que o caminho da colaboração entre os vários povos lusófonos se inicie com firmeza para ajudar a construção do 3.º milénio e onde os Homens se encontrem em paz e desenvolvimento.

## 2. A INTER-RELAÇÃO ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO

Os Portugueses deram largo contributo às civilizações que se criaram e desenvolveram à volta dos oceanos, ligando essas mesmas civilizações. Portugal é, sem dúvida, um dos países mais ricos, culturalmente falando, pois se muito deu aos povos que contactou e com eles viveu, muito mais recebeu ao fazer a união de culturas criando o mundo lusófono.

A Lusitânia constituía, segundo Strabon, *a mais possante das Nações Ibéricas formando um grupo à parte com leis próprias*.

Viriato era chamado o «Anibal das Ibérias». Este povo legou um verdadeiro sentimento nacional que sempre esteve presente e que se consolidou com a independência do Condado Portucalense que já aparecia, desde o século IX, sob a denominação de Terra Portucalense. Em 1249 é conquistado o Algarve aos Mouros. Estava traçado e consolidado o país que já era nação, havia alguns séculos, no coração dos seus filhos. Mas era demasiado pequeno para tão grande gente. E assim se lança na extraordinária expansão da língua, da civilização, da cultura portuguesa que se converteu na cultura Lusófona. A via da Educação entrou, mal ou bem, pela evangelização.

*O temperamento português era, sem dúvida alguma, sentimental, pacífico e doce. Mas, se a delicadeza e gentileza eram características dos portugueses, delex eram também uma força emocional e uma coragem sem medida e a saudade um sentimento comum* (Léopold Senghor, 1980).

É forçoso uma Universidade Lusófona abrangente e nova com todas as Universidades de língua oficial portuguesa, de portas abertas, a outras de língua e culturas idênticas; assinar protocolos, projectos em conjunto e construir um novo século onde cada um de nós ocupe lugar de relevo e continue, como instrumento de um humanismo novo, o que Portugal iniciara no séc. XV, onde todos os lusófonos se encontrem e dêem as mãos cientes do seu papel no Mundo.

Será que conseguiremos introduzir o que hoje exponho com certa esperança?

Julgo que sim e isso nos permite construir o espaço lusófono.

## 3. VALORES E EDUCAÇÃO

*... A Europa fizera a experiência fundamental de que o Homem não pode encontrar-se procurando-se só a si mesmo. Então que saiba dar-se. Longe de perder a sua vida, ganhá-la-á. Quanto a nós os Africanos, talvez tenhamos bastante amor disponível para não estragarmos a comum cidade de amanhã. De qualquer modo, a nossa vontade é de marcar encontro com a Europa no país do Universal.* (Leopold Senghor, 1980).

Os factos devem ser julgados dentro do seu enquadramento histórico. Importa referir que, ao tempo das viagens marítimas ou descoberta de novos caminhos que ligaram os Continentes, um valor sobrelevava todos os demais — a

religião cristã. Uma superpotência se sobrepunha aos poderes régios europeus — A Santa Sé. Havia um factor ideológico por detrás da colonização portuguesa e da cooperação entre Portugal e outros reinos. Portugal soube encontrar, receber e transmitir valores, reconhecendo igual dignidade das culturas na sua diversidade?

Talvez tivesse havido desvios mas a comunidade lusófona, hoje, impõe-se ao Mundo pela sua riqueza cultural, pelos seus valores que soube guardar e pôr em prática embora seja necessário uma maior reflexão para que a paz, a respeitabilidade e tolerância, mostrem o caminho que leva ao desenvolvimento com uma porta bem aberta para o 3.º milénio.

A expansão portuguesa não pode ser isenta, neste século, de algumas críticas, não tantas, porém, como alguns fazem questão de realçar. A sua cultura não era, muitas vezes, imposta.

Falando, por exemplo, do Reino do Congo e Portugal, poderemos afirmar que a cooperação foi um exemplo de diplomacia avançada na forma como aparece redigida, com a invocação dos laços de amizade e resultados conseguidos, com imposição rigorosa de comportamento exemplar para os cooperantes para só depois abordar questões mais directamente relacionadas com a majestade conguesa, como as da guerra e da justiça sendo sempre em nome de Nosso Senhor. Era óbvio o respeito pelo ser humano e o valor que davam à liberdade, tendo sido o primeiro país europeu a abolir a escravatura.

É de salientar a cuidadosa planificação das viagens quanto a mantimentos, de modo a facilitar a segurança dos portugueses enviados: religiosos, letrados e artífices, que eram a razão principal, como hoje se impõe, a uma cooperação que se prepare para um futuro em que ambas as partes envolvidas beneficiem.

O zelo do nosso rei católico, D. Manuel I, que sentia o encargo de dilatar a Fé, em relação ao rei do Congo, não poderia traduzir-se em simples diplomacia ao afirmar, ao seu enviado, ser D. Afonso I,

*Rei que temos mui grande amor e que estimamos por sua virtude, como ele o merece e é razão; pois do começo da sua cristandade esperamos que naquelas partes se siga muito serviço de Nosso Senhor, e acrescentando de sua Fé Católica por cuja palavra principalmente neste mundo trabalhamos (...)* (Mário António de Oliveira, 1980).

Há neste documento, como noutros, um calor de digna fraternidade que não se repetiria muitas vezes na história das relações entre europeus e africanos, ainda quando uns e outros portadores da mais alta dignidade. Essas relações não poderiam apenas ter

sido cimentadas por interesses recíprocos — que os havia — mas também pelos valores morais e religiosos, de fraternidade e de respeito. E só assim se compreende o modo como foram acolhidos, em Lisboa, por D. Manuel I, os familiares (irmão, primo e filho) do rei do Congo. Este, em carta enviada ao nosso rei, pedia que lhe enviasse uma pessoa que ministrasse as coisas da justiça em seus reinos segundo o nosso costume e também entendesse das coisas da guerra. Em satisfação deste pedido, D. Manuel ordenava aos seus enviados

*que servissem a el-rei nas coisas da paz e da guerra, e da governação da terra, assim como ele vo-lo ordenar e mandar.* (Mário António F. Oliveira, 1980).

Não terão estes conselhos sentimentos de respeito, de paz, de fraternidade?

Quantos de nós, quantos governos, não vêem, nestes documentos, ensinamentos a seguir?

Assim, Portugal deixou marcas da sua civilização e de cultura e, ao mesmo tempo, enriquecendo-se ao encontrar-se com diferentes modalidades de civilizações, dando e recebendo.

Se bem que seja discutível, a imagem de que os portugueses se lançaram na gesta das descobertas para dilatarem a Fé e o Império surgindo com a espada numa mão e a cruz na outra, foram os valores da nossa cultura e o Cristianismo, que deram consistência cultural e social a uma empresa que não seria tão grande se se limitasse a fins mercantis.

Assim, penso ser injusto julgar o passado olhando-o unilateralmente. Por isso, hoje e aqui, afirmo que me parece indispensável uma cooperação responsável e responsabilizadora.

### 3.1. MACAU, COMO ÁREA DE CONVERGÊNCIA DE CULTURAS

Importa, neste Congresso, porque realizado em Macau, fazer uma referência especial à convergência de culturas nesta zona do globo.

Embora não previsível no plano inicial das descobertas portuguesas, Macau integrou-se na grande visão marítima e comercial, que esteve na sua génese. Se o domínio de Goa foi a grande concepção estratégica da época permitindo o aparecimento e a consolidação de nova rota das especiarias para a Europa, simultaneamente cortando aos mercadores muçulmanos do Médio Oriente o acesso às suas origens, Macau abriu outra região ao controlo marítimo português e iniciou uma nova época de ligação entre os povos do Pacífico (China, Japão, Malásia) e do subcontinente indiano. Se Goa dominava as novas vias para a

Europa, Macau foi a ligação do Pacífico com Goa, foi a possibilidade de pôr em contacto povos que viviam de costas voltadas, sendo os portugueses o alimento desses vários cordões umbilicais que foram nascendo ou ressurgindo. Todo o comércio, entre as origens das especiarias e Bagdad passava através de Malaca, conquistada em 1511 sendo, no sudoeste asiático, o que Goa era na costa ocidental do subcontinente indiano. Assim surgiu mais uma cidade cristã. Foi neste porto de Malaca que os portugueses tiveram os primeiros contactos com os chineses acompanhando-os até ao Porto Sião a fim de conhecerem o país de origem. Deste modo foi possibilitada a criação de Macau 1556/57 e com ela o 3.º porto comercial dos portugueses na Ásia e ponto de ligação com as Filipinas e Japão. Haviam-se atingido os objectivos sonhados:

— A descoberta e o controlo de nova ligação marítima entre a Europa e a Índia;



- A redução da importância das vias terrestres (Europa – Índia) usadas pelos comerciantes muçulmanos;
- O corte do acesso dos muçulmanos, a grande influência que nos antecedeu no Oriente, às fontes das especiarias;
- A aproximação e boas relações com os povos Orientais (Sião, China, Japão);
- O estabelecimento de contactos comerciais entre os vários portos do Pacífico, transformando-se os Portugueses no veículo de ligação entre os povos dessas regiões;
- A dilatação do Cristianismo.

O processo do estabelecimento de Macau foi um acto indicativo das possibilidades de entendimento e humanismo que o seu futuro veio demonstrar à sociedade.

Diz o inglês Austin Coates:

*Considerando ser a China o mais difícil de todos os países para se chegar a um acordo ou negociar, o estabelecimento dos Portugueses em Macau, numa base de tácito acordo e entendimento, atinge um dos mais notáveis momentos das anais das relações entre o Ocidente e o Oriente.*

Com todas estas condições, os Portugueses de 500 e 600 transportaram ideias, ciência, tipos de plantas e animais, hábitos e costumes sendo mercadores da paz e do desenvolvimento.

Macau foi sempre o ponto avançado da Europa na China, sem deixar de apresentar as suas características. Na mesma cidade desenvolveram-se, lado a lado, concepções arquitectónicas diferentes. A religião católica não esmagou as outras religiões locais. A língua portuguesa não apagou a língua chinesa. Hábitos e costumes mantiveram-se paralelamente. Daí surgiu uma realidade cultural e social única.

Construiu-se uma sociedade portuguesa, manteve-se a chinesa e nasceu a macaense, filha das duas, tudo sem violência.

Macau é o convergir de muitas nacionalidades e etnias que aportaram de vários pontos da Ásia, sem produzirem qualquer choque cultural. Macau continua, hoje, uma urbe de muitas nacionalidades.

#### 4. BASES PARA UM PROJECTO CONJUNTO?

Alioune Diop (1947, citado por Almerindo Lessa) afirma:

*Só podem dizer-se irmãos os homens que colaboram (...) nós os africanos, brasileiros ou asiáticos... devemos aproximar-nos das questões que se põem no plano mundial e pensá-las com todos os homens, para que possamos encontrar-nos um dia, entre os criadores de uma ordem nova, que traga à Humanidade o Progresso, o Bem-Estar e o Amor que lhe falta.*

Demos as mãos para uma colaboração que frutifique, onde várias partes sejam responsáveis e responsabilizadas, onde se trabalhe norteados pelos mesmos objectivos; onde não haja quem apenas dê ou quem apenas receba, mas todos se empenhem no acto de dar e receber.

Avancemos numa única direcção – a cimentação dum Mundo Lusófono que dê ensinamentos à humanidade. Julgo, também, que a via do futuro possível se encontrará na aproximação, cooperação, compromisso, análise conjunta das questões.

*O Regimento de Simão da Silveira, ao leitor actual, oferece exemplos de como são longínquos os ensinamentos de que poderá beneficiar uma teoria de cooperação entre Estados que tarda em se construir* (Mário António Oliveira, 1980).

Factor relevante de qualquer acção é também a vontade de todas as partes. Projectos e obras reais terão que ser construídos com cautela, com perseverança e sem desalento num desejo único de atingir os objectivos traçados. A consumação de grandes projectos faz-se com pedras sobre pedras, com algumas desilusões talvez, mas sem recuos.

#### 4.1. TRAÇOS GERAIS PARA UM PROJECTO

Seria desejável que, no próximo Congresso da AULP, esta comunicação teórica desse lugar a uma exposição de projectos os quais, nessa altura, fosse possível analisar e criticar alguns resultados e, em conjunto, serem estes avaliados, reflectidos e daqui saísse uma replanificação dos mesmos. É isto que se propõe aqui e, para já, uma reunião dos interessados.

Sendo eu Doutorada em Ciências da Educação, é na formação de Professores que se propõe sejam desenvolvidos tais projectos: Formação inicial e reciclagem de professores e cursos de pós-graduação. Temos, a nosso favor, uma legislação que prevê, estimula e apoia qualquer projecto de colaboração.

Quanto a mim, prometo dar-me totalmente a este trabalho para cumprimento dos objectivos propostos, organizar e planificar toda a concretização e responder, perante esta Associação, pelos resultados que vierem a ser obtidos.

Então propõe-se:

1. Rever os protocolos existentes;
2. Reunião com os parceiros interessados, analisar e desenvolver o esquema existente e que será apresentado no momento que se julgar mais oportuno, ainda, se possível, neste Congresso;
3. Estudo das necessidades;
4. Nesses projectos deve estar prevista mobilidade de docentes e alunos;
5. Responsabilizar as Instituições participantes;
6. Redigir, conjuntamente, os objectivos e o modo como concretizá-los;
7. Calendarização das actividades de concretização, tendo em conta o tempo mais disponível, em relação às actividades de cada um dos colaboradores;
8. Criar campos de investigação dando as facilidades necessárias e possíveis;
9. Apresentar os resultados obtidos, anualmente, às instituições.

Serão estas as bases para um projecto conjunto?

Não teremos, já, condições para avançar?

Se houver vontade, sentido de responsabilidade perante a Comunidade Lusófona e perante o Mundo poderemos, conjuntamente, construir um novo MILÉNIO E PINTÁ-LO DA COR DA ESPERANÇA?

#### BIBLIOGRAFIA:

- ALLAND Jr., Alexandre, 1980, *To be Human, An Introduction to Anthropology*, John Wiley & Sons, Inc., New York.
- BARATA, Óscar Soares, *Asian Outlook*, Taipei, Vol. 20, 1985; Vol. 21, 1986.
- COISSORÓ, Narama, 1957, *O Asiaticismo*, Colóquios de Política Internacional, CEPS, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.
- LESSA, Almerindo, 1980, *Convergência de Raças e Culturas – Biologia e Sociologia da mestiçagem*, Évora «Encontros de Évora», Universidade de Évora.
- 1964, *A Questão Racial*, ISCSP, Lisboa.
- 1966, *Os movimentos populacionais entre a Metrópole e o Ultramar português*, Estudos Políticos Sociais, Lisboa.
- 1969, *A questão racial e a tradição portuguesa*, Lisboa, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

# RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A RÚSSIA NO SÉCULO XVIII: ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES MÉDICO DO SENADO E CIDADE DE MOSCOVO E DOS SOBERANOS RUSSOS



A figura notável e a vasta obra de Ribeiro Sanches têm sido motivo de investigações de autores portugueses e estrangeiros (Maximiano Lemos, em Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra «Porto, 1911, o holandês David Willemse, em António Nunes Ribeiro Sanches, élève de Boezhaave et son importance pour la Russie., Leiden, 1966»).

António Nunes Ribeiro Sanches, médico português, que deu um passo

importante para intervir no ensino e na prática da Medicina na Rússia no século XVIII, era natural de Penamacor (nasceu em 1699) e frequentou a Universidade de Coimbra e seguidamente a de Salamanca, na qual se doutorou em medicina em 1744. Como médico exerceu clínica em Portugal, mas deixou o país para nunca mais voltar.

Pertencia a uma família de cristãos-novos, o que dá hipótese de a sua saída de Portugal ter resultado do meio das perseguições cruéis e impiedosas de que foram objecto alguns «Cristãos Novos».

Outra hipótese é a de Ribeiro Sanches não encontrar os meios e o ambiente que desejava para o exercício da sua profissão de médico e para a expressão e propagação do seu ideário científico e pedagógico. Justifica-se a solenidade da declaração porque Ribeiro Sanches já praticara o judaísmo e com sinceridade interior ou sem ela, se apresentava como católico (1).

Saldo de Portugal, encontrava-se Ribeiro Sanches em Londres em 1727, em Mompilher, na França, em 1730, cujas Universidades frequentou como estudante médico, embora fosse já doutorado em medicina por Salamanca que então tinha fama de ser excelente. Estudou a Medicina em cinco Universidades Europeias! Ouvia as lições do famoso médico holandês Herman Boezhaave, internacionalmente conhecido e consultado e que consequentemente, por seu lado, apreciou as qualidades do português e lhe propôs aceitar um lugar de médico em Moscovo, onde o salário anual era de 600 mil réis.

Ribeiro Sanches aceitou em 3 de Julho de 1731 e assina o contrato de serviço como médico na Rússia num notário de Amsterdão: Segundo o contrato deveria Ribeiro Sanches partir para Petersburgo no primeiro barco que saísse com esse destino e, chegado à cidade, dirigiu-se ao boticário Leopoldi de quem recebeu a credencial para se apresentar em Moscovo, na Chancelaria dos Médicos.

Aí Ribeiro Sanches assinou o compromisso de exercer a sua profissão no império russo, durante cinco anos, e o salário seria de 600 rublos por ano, como se diz na sua carta (2).

O Título que recebeu Ribeiro Sanches cabia as funções que passou a exercer em Moscovo era, como o próprio Sanches informa nas cartas citadas o de «médico do Senado e Cidade», parte das obrigações do seu cargo oficial instruir os barbeiros-cirurgiões, as parteiras e os farmacêuticos.

Ao fim de três anos de estadia na Rússia, portanto em 1734, foi R. Sanches transferido dos serviços de medicina do Senado e Cidade para os serviços do exército, o que lhe provocou a mudança de residência de Moscovo para Petersburgo.

O prestígio que lhe permitiu a colocação nos serviços do exército impusera-o em pouco tempo na sociedade russa em que se movimentava, e acentua-se nos convites que então recebeu para a realização de trabalhos de vulto e de responsabilidade. Sanches, assim o revela num passo fugido da carta de 20 de Março de 1735, a Valadares: «Vivo mui ocupado escrevendo uma Farmacopeia que faço por ordem, para que por ela se façam todos os remédios, que se consomem neste Império: é um grande trabalho.

Deve ter sido nesta fase da sua vida que Ribeiro Sanches ingressou na Academia das Ciências de Petersburgo. É exactamente nas cartas escritas a Sampaio Valadares, que Sanches se refere a um presente de livros que aquela Academia pensava oferecer, e ofereceu, à Academia da História Portuguesa, por seu intermédio. Os livros eram exemplares dos trabalhos publicados pela Academia russa desde que foi fundada, em 1725, até ao momento da oferta. É evidente que se deve à presença prestigiada de Ribeiro Sanches na Rússia a iniciativa da Academia de Petersburgo de fomentar um intercâmbio cultural com o nosso país, a respeito do qual pouco ou nada constaria em tão distantes paragens. Ribeiro Sanches, com a curiosidade natural de homem cult, que permanece demoradamente num país estrangeiro, inteirou-se das obras portuguesas que porventura existissem na Biblioteca Imperial de Petersburgo. Só havia uma, «As Misaelâneas» de Miguel Leitão de Andrade, publicadas em Lisboa em 1629.

Na referida carta de 15 de Julho, escreve Sanches: «O que contém estas obras que são 4 volumes em 4.º são Matemáticas, Filosofia, Antiguidades, escritas por professores quase todos alemães que..., ademais de saber as linguas da Europa, até a castelhana, grego, latim e hebraico. (...) Esta Academia foi fundada por Pedro o Grande primeiro Imperador da Rússia com as mesmas leis e imunidade, que a de Paris instituída por Luís XIV.»

(1) Parece que Sanches foi católico até à sua estadia em Londres em 1727 pouco depois de se ter exilado de Portugal.  
Seria na capital inglesa que se integrou de novo na prática do judaísmo, por influência da colónia portuguesa judaica.

(2) Informações encontradas nas cartas de Ribeiro Sanches ao Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, o conhecido autor de «Apontamentos para a educação de um menino nobre» e, de quem recebeu muitas informações, ensinamentos e livros estrangeiros de doutrinadores avançados.



Templo monumental da Igreja ortodoxa em S. Petersburgo

Os livros anunciados por Ribeiro Sanches chegaram realmente às mãos dos académicos da Academia da História Portuguesa, e foram descritas, com grande aparato de considerações, por um dos seus sócios, o conde da Ericeira, Francisco Xavier de Meneses (?).

A oferta deverá ter continuado pois as colecções existentes prolongam-se pelo século XIX. A biblioteca da Ajuda possui os exemplares sucessivos desde a fundação da Academia russa, de 1725 a 1746 (série I, *Commentarii Academiae Imperialis Scientiarum Petropolitanae*) e de 1747 a 1773 (série II, *Novi Commentarii*). A Academia das Ciências de Lisboa possui, da série I, os volumes de 1726 a 1746; da série II, de 1747 a 1775; da série III (*Acta Academiae Imperialis Scientiarum Petropolitanae*), os volumes de 1777 a 1782; e da série IV (*Nova Acta*) os volumes de 1783 a 1802. A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra possui os volumes da série II, de 1747 a 1775. Existe também, na Biblioteca da Ajuda, um exemplar de um Atlas Russicus editado pela Academia de Petersburgo com data de 1745.

Durante o cerco de mar Azov, em 1736, Ribeiro Sanches efectuou observações de muito interesse médico que expõe e comenta no seu tratado da conservação da saúde do povo, que publica mais tarde, em 1756, em Paris.

É de curiosidade o facto que durante a guerra russo-turca teve Ribeiro Sanches oportunidades de apreciar, com delongas o uso que os soldados faziam dos banhos de vapor chamados «Banhos Russos». Certamente que Sanches já conhecia essa prática dos anos em que até aí vivera na Rússia, visto serem de uso corrente no Império Russo. No seu Tratado Ribeiro Sanches dá relevo à utilidade dos banhos russos e expõe o seu uso pelos soldados conforme os viu praticar em campanha. Os estudos de Ribeiro

(?) Segundo o que se apura existem exemplares das Actas da Academia de Petersburgo em três bibliotecas públicas portuguesas, entre as quais se deverão encontrar os que foram oferecidos a Portugal por intermédio de Ribeiro Sanches.

Sanches sobre os banhos de vapor na Rússia interessaram os próprios russos, a ponto de ter sido publicada, em língua russa, a obra do médico português sobre o assunto.

A publicação tem o título de «O Paznych Rossijskich Banjach», e teve duas edições, a primeira em 1779, de Petersburgo, e a segunda em 1791, de Moscovo.

Uma das obras mais conhecidas do notável médico português, é a que tem por título «Cartas sobre a educação da mocidade», escrita já depois de ter saído da Rússia, e datada de Paris, de 19 de Novembro de 1759. São importantes as cartas sobre a criação do Colégio dos Nobres de Lisboa, que foi o prelúdio da reforma do ensino científico executado pelo Marquês de Pombal. Ribeiro Sanches desejou, e propôs, que se criasse em Portugal um colégio para ensino e educação dos nobres que tivesse por modelo o Colégio Militar instituído em Petersburgo.

Sobre a sua acção propriamente médica nesse Colégio, deixou Sanches algumas noticias numa outra obra sua, O método para aprender e estudar a Medicina, datado de Paris, de 26 de Março de 1761, e escrito com o pensamento na reforma dos estudos médicos em Portugal.

Ribeiro Sanches abandonou a Rússia em 1747, após dezasseis anos de permanência nela, mas não se sabe exactamente o motivo da sua saída. Em 26 de Novembro de 1748 a Imperatriz Isabel mandou excluir Ribeiro Sanches do quadro dos membros da Academia das Ciências de Petersburgo.

Entretanto a memória da sua presença na Rússia entre os grandes da corte nunca foi esquecida, pois a importância da obra do médico português na Academia das Ciências de Petersburgo, a contribuição dele para a reforma do ensino da Catarina II, as investigações dos novos métodos de exercer a medicina marcaram com relevo muito valorizado a sua presença na Rússia.

*Dra. Natacha Kalina*

NOTA: A Dra. Natacha Kalina preparou a sua tese de Mestrado apoiada pelo Colégio Universitário Pio XII onde esteve hospedada gratuitamente durante 9 meses.



# V CENTENÁRIO DA CHEGADA DO VASCO DA GAMA À ÍNDIA

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa com a colaboração da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto D. João de Castro, não pode ficar silenciosa em data tão significativa como esta que estamos comemorando e assim resolveu realizar uma solene evocação no dia 30 de Outubro com o seguinte Programa - Colóquio no seu anfiteatro da Sociedade de Geografia, em que será evocada a figura de Vasco da Gama à luz do «Manifesto dos Lusíadas».

A Presidência da Academia elaborou o seguinte Programa, que foi aprovado pelo Conselho Académico:



## 30 DE OUTUBRO DE 1998

- 10.00 horas** — Abertura do Colóquio pelo Prof. Doutor Adriano Moreira. Tema: «Invocação de Luís de Camões».
- 10.45 horas** — Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida: «Camões como Símbolo da Cultura Universal».
- 11.30 horas** — Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa: «A Perspectiva da Língua de Camões».
- 12.15 horas** — Intervenções e comentários aos temas antes tratados pelos senhores Académicos.

**13.00 horas** — Almoço oferecido pela Presidência da Academia, no Convívio da Sociedade de Geografia.

**14.30 horas** — Prof. Doutor António Maria de Sousa Vasconcelos de Saldanha: «A Perspectiva do Direito Internacional».

**15.15 horas** — Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Simões Barroso Soares: «Uma Nova Visão de Camões».

**16.15 horas** — Prof. Doutor António Dias Farinha: «Perspectiva da Ciência assumida pelos Descobrimentos».

**17.00 horas** — Café no convívio da Sociedade de Geografia.

**17.15 horas** — Prof. Doutor Martim Eduardo de Albuquerque: «A Ideia do Império».

**18.15 horas** — Encerramento: Prof. Doutor Manuel Fraga Iribarne.

**AGP**  
**VIAGENS**

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03  
Lic. DGT n.º 378/83

### FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P  
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



**UMA  
QUESTÃO  
DE QUALIDADE**

## 500 anos depois

# CRONOLOGIA DA VIAGEM DE VASCO DA GAMA

1497

## Julho

- 8 — «partimos do Restelo...»
- 15 — «chegamos... à vista das Canárias...»
- 17 — «ouvimos vista da ilha do Sal...»
- 27 — «chegamos à ilha de Santiago...»

## Agosto

- 3 — «partimos em leste...»

## Novembro

- 7 — «houvemos vista de uma terra baixa e que tinha uma grande baía» (baía de Santa Helena)
- 16 — «...nos partimos desta terra...»
- 18 — «...houvemos vista do cabo de Boa Esperança»
- 22 — «...passamos pelo dito cabo...»
- 25 — «entrámos em a angra de São Brás» (Mossel Bay)

## Dezembro

- 6 — «pusemos uma cruz e um padrão em a dita angra de São Brás»
- 8 — «devemos nossas velas e seguimos nosso caminho»
- 15 — «...houvemos vista de terra; a qual terra é onde se chamam os ilhéus Chãos...» (Bird Islands)

1498

## Janeiro

- 10 — «...houvemos vista de um rio pequeno, e aqui pousámos ao longo da costa» (rio Inharrime)
- 22 — «...houvemos vista de uma terra muito baixa e de uns arvoredos muito altos, e juntos...» (rio de Quelimane)

## Março

- 1 — «houvemos vista das ilhas...» (ilha de Moçambique)
- 10 — «...partimos e viemos pousar a uma légua, junto com uma ilha...» (ilha de São Jorge, hoje de Goa)
- 15 — «achámo-nos a ré de Moçambique e pousámos junto com a ilha...»
- 27 — «...viemos a pousar junto com os ilhéus de São Jorge...»

## Abril

- 1 — «fomos com umas ilhas que estão bem a par da terra...» (ilhas de Querimba)
- 2 — «...houvemos vista de outras ilhas...» (ilhas junto a Cabo Delgado: ilhas de Quiloa e Monfia)
- 7 — «e vimos umas ilhas que estavam a mar...» (ilha de Pemba)
- «fomos pousar defronte da dita cidade de Mombaça...»
- 14 — «lançámos âncora em direito de um lugar que se chama Melinde...»
- 26 — «...nos partimos daqui... para uma cidade, que se chama Calecut...»

## Maio

- 20 — «fomos junto com umas montanhas... as quais estão sobre a cidade de Calecut»

## Agosto

- 29 — «visto como já tínhamos achado e descoberto o vinhamos buscar (...) nos partimos, a caminho de Portugal...»

## Setembro

- 15 — «...fomos com uns ilhéus... e pusemos um padrão...» (ilhéus de Santa Maria)
- 19 — «fomos com uma terra alta... a qual tinha junto com a terra seis ilhas pequenas» (Angediva)

## Outubro

- 5 — «E depois que tivemos os navios limpos e a água tomada... nos partimos» (ilha de Angedica)

1499

## Janeiro

- 7 — «fomos a pousar de avante Melinde...»
- 13 — «fomos pousar em os baixos de São Rafael, onde pusemos fogo ao navio deste nome...»

## Fevereiro

- 1 — «fomos pousar de avante as ilhas de São Jorge, em Moçambique»

## Março

- 3 — «chegamos à angra de São Brás...»
- 20 — «passámos pelo cabo de Boa Esperança»

## Abril

- 25 — «E os pilotos diziam que éramos nos baixos do rio Grande» (Serra Leoa)

## Julho

- 10 — Chegada a Cascais de Nicolau Coelho

## Agosto

- 29 (?) — Chegada a Lisboa de Vasco da Gama



# ABERTURA

## CONTINUIDADE E MUDANÇA NOS COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS

Um dos sinais mais significativos dos nossos tempos são as mudanças rápidas que se operam quase sem nos darmos por elas. Uma das leis que regula a vida dos Colégios Universitários e de outras instituições académicas é a lei da continuidade, da mudança e acomodação em que assenta a vida da própria Universidade, tendo em conta a mobilidade permanente que afecta a vida da Comunidade Social.

Os Colégios Ingleses de Oxford e principalmente os de Cambridge, ao todo 22, sendo 3 de raparigas, são ainda hoje, após 700 anos, um modelo de Colégio que vingou nos primeiros anos da Universidade e em que a vida académica se passava toda no Colégio, mesmo as aulas e outros actos académicos.

O primeiro Colégio deste género foi fundado em 1220 no priorado Dominicano e denominou-se Kings College, sendo ainda hoje o decano dos Colégios universitários de Cambridge onde além dos estudantes internos, é frequentado por outros estudantes para conseguir os seus bacharelatos e licenciaturas.

Desde então até aos nossos dias foram-se criando novos «Colleges» destacando-se o Churchil College com 600 estudantes, criado em 1959, e Clare Hall, inaugurado em 1966, Colégio realmente inovador, que além dos estudantes, tem o corpo docente que vive no Colégio, recebendo professores estrangeiros, aceitando ainda pessoas das famílias dos professores e dos estudantes.

Trata-se duma verdadeira inovação, possível na Inglaterra um tanto afastada da vida dos Colégios universitários da Europa da «latinidade».

Estes Colégios Ingleses funcionam como verdadeiros institutos superiores particulares associando-se e formando uma universidade, sendo a reitoria a coordenadora e responsável pela passagem dos diplomas.

Não é esse o modelo que vigora na Europa da latinidade, em que os Colégios Universitários após o século XVI têm funcionado como residências universitárias, onde o estudante encontra as condições exigidas pelo afastamento da família para poder estudar, passan-

do-se as aulas nos edifícios da universidade, existindo porém alguns do modelo Inglês.

O modelo europeu encontrou um forte adversário nas reformas napoleónicas e muito principalmente nas revoluções liberais como aquelas da revolução Francesa.

Após essas fúrias, surgiram de novo os Colégios universitários especialmente com a construção dos «Campus», um tanto afastados dos centros urbanos, verdadeiras cidades universitárias, encontrando o estudante no seu Colégio a solução dos problemas que surgem a quem não vive no meio familiar e a solução de outras dificuldades específicas dos jovens estudantes, que precisam de apoio duma Biblioteca, parques desportivos, etc.

Em Portugal e Espanha, vivemos um tempo em que estamos experimentando as consequências duma revolução de sinal socialista e em que certa legislação laboral tende a diminuir os dias e horas de trabalho com prejuizo para certos serviços que se tornam indispensáveis para o bom funcionamento de algumas instituições e entre elas as universitárias.

Torna-se necessário criar soluções alternativas de modo a fortalecer a vida institucional e evitar soluções de tipo individual, que não reforçam a vida comunitária.

Algumas instituições universitárias já reagiram a essas tendências e encontram soluções adequadas dentro da tradição dos colégios universitários.

O nosso Colégio Universitário Pio XII vivendo em tempo de mudanças terá também que procurar soluções adequadas, tendo em conta os objectivos da instituição.

Estamos no fim do milénio e tornam-se necessárias mudanças que reforcem a vida comunitária, que tende a ser absorvida por um sem número de ofertas da vida «agitada» da cidade.

Lisboa, 24 de Outubro, Festa de St.º António Maria Clara

